



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA

V REUNIÃO DE MINISTROS DO AMBIENTE DA CPLP

ILHA DO SAL – 4 DE MAIO DE 2012

Declaração da CPLP à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – RIO+20

Reunidos no dia 4 de Maio de 2012, na Ilha do Sal em Cabo Verde, na sua Quinta Reunião Ordinária, os Ministros do Ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP:

Considerando a necessidade de reforçar os laços de amizade e cooperação entre os seus povos;

Considerando a vontade de procurarem as melhores soluções para os desafios com que se deparam os Estados membros;

Reconhecendo a importância de reforçar a capacitação, formação, investigação e o intercâmbio técnico e científico no espaço da CPLP com vista à materialização dos compromissos internacionalmente assumidos;

Cientes de que todos os Estados membros têm extensas áreas marinhas e costeiras e vastas Zonas Económicas Exclusivas que encerram um potencial importante em recursos vivos e não vivos;

Cientes de que as questões ambientais globais ultrapassam as fronteiras físicas e temporais, exigindo, por isso, uma postura pautada pela ética e respeito pelas gerações futuras e uma cooperação concertada.



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA

Reafirmando os compromissos contidos na Declaração de Luanda de Março de 2012 e tendo presente o interesse da CPLP em desempenhar um papel ativo e construtivo na realização e seguimento do pós Rio+20 no reforço da coordenação e diálogo intersectorial, nomeadamente, entre as áreas do ambiente, mar, agricultura, segurança alimentar, saúde, juventude e educação, ciência e cultura para o desenvolvimento;

Reconhecendo que a Rio+20 constitui uma oportunidade crucial para a CPLP participar construtivamente no debate sobre uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista a erradicação da pobreza e a promoção do bem-estar dos cidadãos.

Decidem:

1. Promover a participação da CPLP na Rio+20 de molde a alertar a comunidade internacional para os desafios enfrentados no seio da comunidade;
2. Enfatizar que a Rio+20 deve concentrar-se no reforço da coerência e das ligações entre as dimensões ambiental, económica e social do desenvolvimento sustentável e contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, propondo para o conjunto dos países, os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável;
3. Assinalar que na Rio+20 deve ser adotado um documento que renove o compromisso político com o desenvolvimento sustentável e que reflita uma visão ambiciosa para um padrão diferenciado de desenvolvimento a nível global;



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA

4. Salientar, no quadro da reforma institucional global para o Desenvolvimento Sustentável, a importância do reforço da governação ambiental ao nível global, regional, nacional e local;
5. Reforçar a investigação oceanográfica com efectiva participação dos Pequenos Estados Insulares (PEI) e ribeirinhos em desenvolvimento, de modo a promover medidas de protecção dos oceanos e dos ecossistemas marinhos, minimizando os efeitos da poluição e da erosão costeira, promovendo uma economia azul baseada no aproveitamento sustentável das potencialidades económicas dos ecossistemas;
6. Encarar as particularidades dos PEI em desenvolvimento que, embora ricos em endemismos, apresentam um frágil equilíbrio ambiental e são muito vulneráveis aos impactes negativos das alterações climáticas, nomeadamente à subida do nível do mar, acidificação dos oceanos e ao avanço da desertificação e, como tal, merecedores de uma atenção especial no quadro global;
7. Sublinhar que um dos resultados da Rio+20 deverá ser a definição de diretrizes que permitam uma transição global para uma economia verde inclusiva, que promova a conservação do ambiente, contribua para a erradicação da pobreza e estimule uma economia de baixo carbono através do uso eficiente dos recursos naturais;
8. Recomendar que na Rio+20 sejam adotados objetivos e metas inspiradoras e mobilizadoras em domínios críticos do Desenvolvimento Sustentável que possam compreender aspectos tais como a água, energia, oceanos, degradação dos solos e dos ecossistemas, segurança alimentar, emprego, proteção social e igualdade de género;



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA

9. Reafirmar o engajamento de cooperar para a promoção da gestão integrada dos recursos hídricos e garantir as melhores soluções para a mobilização por mais e melhor água e o saneamento básico para as suas populações;
10. Enaltecer o papel da Mulher e a promoção de seus direitos para a materialização dos objetivos do desenvolvimento sustentável.
11. Fomentar a transferência de novas tecnologias, a promoção de eficiência energética e o aproveitamento do potencial das fontes renováveis, por forma a reduzir a pressão sobre os recursos naturais;
12. Potencializar as sinergias entre as três convenções do Rio (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica);
13. Reconhecer a necessidade de se promover o alinhamento dos Planos de Ação Nacionais de Luta contra a Desertificação com a Estratégia Decenal (2008 – 2018) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação;
14. Reconhecer, com atenção particular, o papel potencial e determinante da gestão sustentável das terras para a resolução dos problemas urgentes do planeta como a insegurança alimentar, gestão da água, conservação da diversidade biológica e a adaptação das comunidades rurais às alterações climáticas;
15. Defender o reforço da componente ambiental na agenda do Comité Mundial de Segurança Alimentar;
16. Sublinhar a importância da agricultura sustentável para garantir a segurança alimentar e nutricional na Comunidade, reconhecendo a Estratégia de



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA

Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) como instrumento de reforço de coordenação e de uma melhor governação das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional;

17. Destacar como temas prioritários para apreciação durante a Rio+20:

- a) Erradicação da pobreza, explorando as interdependências entre o ambiente, a produção, o comércio, garantia à vida saudável e o desenvolvimento;
- b) Reforço da agricultura, particularmente a agricultura familiar, enquanto instrumento de erradicação da pobreza, e da segurança alimentar e nutricional nas suas múltiplas dimensões;
- c) Reforço da arquitetura institucional do desenvolvimento sustentável a nível global, em particular, através da promoção de uma melhor coordenação e coerência entre as agências e programas das Nações Unidas que se ocupam do desenvolvimento sustentável;
- d) Adopção de padrões de produção e consumo sustentáveis que fomentem um desenvolvimento socioeconómico harmonioso e que contribua para o alívio das pressões sobre o ambiente e os recursos naturais de base;
- e) Utilização eficiente dos recursos energéticos e das energias renováveis;
- f) Reforço da implementação das metas acordadas internacionalmente para água e saneamento;
- g) Gestão sustentável dos recursos naturais, com atenção para a conservação da diversidade biológica e dos conhecimentos tradicionais;
- h) Gestão sustentável dos oceanos, privilegiando uma estratégia de longo prazo e de cooperação internacional, no quadro de uma economia azul, tendo em conta medidas concretas e perenes na luta contra a acidificação e eutrofização, no contexto dos princípios estabelecidos na Convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar;



COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA

- i) Melhor conhecimento do meio marinho e criação de novas áreas marinhas protegidas, que contribuam para os esforços de adaptação às alterações climáticas nas regiões costeiras;
- j) Consideração de indicadores complementares ao Produto Interno Bruto, de forma a assegurar devidamente as dimensões social, ambiental e cultural do desenvolvimento;
- k) Definição de objetivos e metas de Desenvolvimento Sustentável em estreita coordenação com a revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Cidade de Santa Maria, Ilha do Sal, 4 de Maio de 2012

Os Ministros do Ambiente da CPLP ou seus representantes:

Maria de Fátima Jardim
Ministra do Ambiente de Angola

Fernando Coimbra
Ministério do Meio Ambiente do Brasil



CPLP

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA

Antero Veiga

Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território de Cabo Verde

Custódio Mário

Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental de Moçambique

Assunção Cristas

Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território de Portugal

Carlos Manuel Vila Nova

Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe

Abílio de Deus de Jesus Lima

Secretário Estado do Ambiente de Timor Leste